

Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente**

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	18
6. ATIVO DE CONTRATO.....	19
7. ENCARGOS REGULATÓRIOS	21
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	22
9. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24
11. RECEITA	26
12. CUSTOS E DESPESAS.....	29
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	29
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	32
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Sete Lagoas

A Sete Lagoas S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$50.649 mil dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (R\$36.857 mil dividido em 36.857.000 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

AMBIENTE REGULATÓRIO

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constitui a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o Revenue-cap, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.344/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para o Contrato de Concessão nº 006/2011 da Sete Lagoas.

No caso desse contrato, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abratee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreu o processo de reajuste tarifário anual para a receita do contrato 006/2011 da Sete Lagoas.

RAP homologada para o ciclo 2024-2025

As RAPs do ciclo 2024-2025 da Companhia foram estabelecidas em R\$11.917. No período, o índice de preço IPCA variou -3,963%.

A RAP da concessionária Sete Lagoas Transmissora de Energia - SLTE (contrato 006/2011), teve uma variação de 29,3%, aumento acima do índice de reajuste contratual - IPCA, refletindo a entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2023-2024 e reconhecidas no reajuste do ciclo 2024-2025.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da subestação, a Sete Lagoas, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da subestação, além de atendimento a requisitos legais ambientais.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional da subestação e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 1.979 mil. Desse montante destaca-se o investimento para a conclusão da obra de reforço referente a construção de duas novas seções de LT 138 kV na SE Sete Lagoas 4 a fim de atender a Cemig D e a um dos seus clientes.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$7.405 mil em 2024 em comparação a R\$7.651 mil em 2023. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$14.607 mil em 2024 em comparação a R\$21.517 mil em 2023. A variação reflete a diminuição da receita de construção que se justifica pela realização do plano do parecer de acesso das conexões da Cemig D no setor de 138Kv da SE Sete Lagoas 4, em fase final de execução e pagamento dos eventos finais do contrato.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$2.129 mil em 2024, comparados à R\$3.326 mil em 2023.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$4.292 mil em 2024, comparados à R\$10.928 mil em 2023. A principal diminuição nos custos e despesas foi no custo de construção que está em linha com a diminuição da receita de construção. Mais detalhes na nota 12.

Resultado financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma receita de R\$868 mil comparado à receita financeira líquida de R\$967 mil em 2023.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.778 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.905 mil.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	7.405	9.264	(20,07)
Despesa de IR e CS	3.778	4.738	(20,26)
Resultado Financeiro	(868)	(1.007)	(13,80)
Depreciação	-	-	-
LAJIDA	10.315	12.995	(20,62)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$7.405 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$370 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.518 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.517 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$3.518 mil, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata a Companhia Energética de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.230	1.845
Títulos e valores mobiliários	4	4.838	2.606
Concessionárias e permissionárias	5	535	741
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		304	107
Ativo contratual	6	9.002	8.701
Outros ativos		433	303
TOTAL DO CIRCULANTE		17.342	14.303
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	1.825	-
Tributos compensáveis		889	878
Ativo contratual	6	109.427	104.219
Direito de uso		69	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		112.210	105.097
ATIVO TOTAL		129.552	119.400

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores		316	591
Impostos, taxas e contribuições	8	136	193
Encargos regulatórios	7	1.004	945
Dividendos a pagar	10	3.518	7.435
Convênio de compartilhamento		133	157
Passivo de arrendamentos		6	-
Outras obrigações		29	14
TOTAL DO CIRCULANTE		5.142	9.335
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	7	156	24
Impostos, taxas e contribuições	8	10.955	10.445
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	25.371	23.053
Passivo de arrendamentos		63	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		36.545	33.522
TOTAL DO PASSIVO		41.687	42.857
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	10	50.649	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.792
Reservas de Lucros		37.216	25.894
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.865	76.543
PASSIVO TOTAL		129.552	119.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA	11		
Remuneração do ativo contratual		11.597	10.711
Receita de construção		3.692	12.674
Receita de O&M		790	1.458
Subvenções vinculadas ao EUST		657	-
Deduções à receita operacional		(2.129)	(3.326)
		14.607	21.517
CUSTOS	12		
Custos de construção		(1.681)	(9.000)
Custos de operação		(19.48)	(1.398)
		(3.629)	(10.398)
LUCRO BRUTO		10.978	11.119
DESPESAS	12		
Despesas gerais e administrativas		(424)	(412)
Outras despesas gerais		(66)	(38)
		(663)	(530)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		10.315	10.589
Receitas financeiras	13	884	1.028
Despesas financeiras	13	(16)	(61)
		868	967
Resultado antes dos impostos		11.183	11.556
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(1.460)	(1.329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(2.318)	(2.576)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.405	7.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.405	7.651
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>7.405</u>	<u>7.651</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	AFAC	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	36.857	13.792	1.672	20.205	-	72.526
Resultado do Exercício	-	-	-	-	7.651	7.651
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	383	-	(383)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.634)	(3.634)
Reserva de retenção de lucros - investimentos	-	-	-	3.634	(3.634)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.857	13.792	2.055	23.839	-	76.543
Dividendos obrigatórios não distribuídos anos anteriores	-	-	-	7.435	-	7.435
Integralização de AFAC	13.792	(13.792)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.405	7.405
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	370	-	(370)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.518)	(3.518)
Reserva de retenção de lucros - investimentos	-	-	-	3.517	(3.517)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	50.649	-	2.425	34.791	-	87.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	7.405	7.651
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 9)	3.778	3.905
Receita de construção (Nota 6)	(3.692)	(12.674)
Remuneração do ativo contratual (Nota 6)	(11.597)	(10.711)
Juros e variações monetárias	(551)	(976)
	(4.657)	(12.805)
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	206	130
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 9)	(197)	(214)
Tributos compensáveis (Nota 8)	(11)	(331)
Ativo contratual (Nota 6)	9.780	8.490
Outros ativos	(130)	122
	9.648	8.197
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(275)	448
Impostos, taxas e contribuições (Nota 8)	453	1.578
Tributos diferidos	85	14
Encargos regulatórios (Nota 7)	191	360
Convênio de compartilhamento (Nota 14)	(24)	1
Outras Obrigações	15	-
	445	2.401
Caixa Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	5.436	(2.207)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.545)	(1.080)
Juros recebidos	253	898
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.144	(2.389)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários	(8.718)	(6.259)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	4.959	9.614
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.759)	3.355
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	385	966
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.845	879
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.230	1.845
	385	966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Avenida Barbacena, n. 1.200, Subsolo 1, Sala12, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP30.190-924. A Companhia tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 11 de agosto de 2022, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS autorizou duas novas conexões da Cemig Distribuição no setor de 138kV da SE Sete Lagoas 4, com a entrada em operação em maio de 2024.

Atualmente a Concessão da Companhia é constituída pela Subestação Sete Lagoas 4, que possui: 1 banco de transformadores monofásicos + reserva 345/138kV - 375MVA, 1 banco de capacitores em 138kV e 4 saídas de linha em 138kV para atendimento as cargas da Distribuidora.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 03 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Ativos de contrato (remensuração do ativo de contrato);
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro); e;
- Nota 15 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não impactaram as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.</p>
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p>

Norma	Principais alterações
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e IFRS 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.</p> <p>As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p>	01/01/2027

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p> <p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		2024	2023		
Banco conta movimento				72	38
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	CDI	-	80%	-	620
Overnight	Pré- fixada	11,91% a 12,15 %	11,42% a 11,65%	2.158	1.187
				2.230	1.845

Estão divulgados na nota explicativa nº 15 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		2024	2023		
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	CDI	-	103% a 104,3%	-	249
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	3.856	1.633
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Varição Selic	12,41% a.a. a 12,45% a.a	11,83% a.a. a 11,85% a.a.	982	724
				4.838	2.606
Não Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	1.825	-
				1.825	-
				6.663	2.606

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos		Total	
	Não Faturado	91 até 360 dias	Mais de 360 dias	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	168	13	354	535	741
Total	168	13	354	535	741

Política contábil

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVO DE CONTRATO

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela operação e manutenção das linhas de transmissão.

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo do ativo contratual em 31/12/2022	98.025
Atualização financeira	10.711
Adições	12.674
Realização	(8.490)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2023	112.920
Atualização financeira	11.597
Adições	3.692
Realização	(9.780)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2024	118.429
Circulante	9.002
Não Circulante	109.427
Total	118.429

a) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.342/2024, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 11.917 mil, para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, R\$ 9.234 mil, para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) construção e melhoria de infraestrutura e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Concessionárias e permissionárias.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

7. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2024	2023
Passivo Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	990	834
Pesquisa e Expansão do Sistema Energético	3	1
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	3	109
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT (a)	6	11
CDE sobre P&D	2	(10)
	1.004	945
Passivo Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	156	24
Total Passivo	1.160	969

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
PASEP	-	10
COFINS	-	48
INSS	130	129
Outros	6	6
	136	193
Não circulante		
COFINS	9.001	8.582
PASEP	1.954	1.863
	10.955	10.445
Total	11.091	10.638

9. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	2024	2023
Não circulante		
Imposto de renda		
Compensação crédito tributário ativo	205	661
Ativo de contrato	(18.849)	(17.600)
Contribuição social		
Compensação crédito tributário ativo	59	223
Ativo de contrato	(6.786)	(6.337)
TOTAL	(25.371)	(23.053)

Ativo Diferido	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	193	54	661	222
Outros	12	5	-	1
Total	205	59	661	223
Passivo Diferido				
Ativo de contrato	(18.849)	(6.786)	(17.600)	(6.337)
Outros	-	-	-	-
Total	(18.849)	(6.786)	(17.600)	(6.337)
TOTAL	(18.644)	(6.727)	(16.939)	(6.114)

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2024	2023
Lucro antes dos impostos	11.182	11.556
Imposto de renda e contribuição social - Despesa nominal	3.802	3.905
Outros	(24)	1
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	3.778	3.906
Alíquota efetiva	34%	34%
Corrente	1.460	1.329
Diferido	2.318	2.576

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas informações contábeis.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$50.649 (R\$36.857 em 31 de dezembro de 2023) dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (36.857.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2024 foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	7.405	7.651
Reserva legal	(370)	(383)
	7.035	7.268
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	3.518	3.634
Reserva de retenção de lucros	3.517	3.634
Total dos Dividendos	7.035	7.268

c) Reservas

Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de Lucro	2024	2023
Reserva Legal	2.425	2.055
Reserva de Lucros	34.791	23.839
	37.216	25.894

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva para investimento

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2024, parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$3.517 para ser aplicado em reserva para investimento.

d) Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$7.405, seja dada a seguinte destinação:

- R\$370 para constituição de reserva legal;

- R\$3.518 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.517 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$3.518, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.435
Dividendo obrigatório não distribuído (1)	(7.435)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	3.518
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.518

- (1) Saldo transferido do passivo circulante para a reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído de 2023 e 2022, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

11. RECEITA

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	11.597	10.711
Receita de construção (1)	3.692	12.674
Receita de O& M	790	1.458
Subvenções vinculadas ao EUST (2)	657	-
Deduções à receita operacional (a)	(2.129)	(3.326)
Receita operacional líquida	14.607	21.517

- (1) A queda da receita de construção está em linha com a curva de realização do plano do parecer de acesso das conexões da Cemig D no setor 138Kv da Sete Lagoas, em fase de execução e pagamento dos eventos finais do contrato.
- (2) Trata-se de recebimento de restituição de valores não arrecadados dos descontos incidentes sobre as tarifas.

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
COFINS	1.271	2.106
PASEP	276	392
Reserva Global de Reversão – RGR	441	711
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	29	23
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	36	33
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	23	16
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	41	34
CDE sobre P&D	12	11
	2.129	3.326

f) Receita de Concessão de Transmissão

	2024			2023		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	3.692	790	4.482	12.674	-	12.674
Custos de concessão de transmissão	(1.681)	(1.948)	(3.629)	(9.000)	(1.928)	(10.928)
Margem	2.011	(1.158)	853	3.674	(1.928)	1.746
Mark-up (%)	(119,63)	59,45	(23,51)	(40,82)	100,00	(15,98)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Sete Lagoas recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Subsídios tarifários” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

12. CUSTOS E DESPESAS

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e outras despesas gerais		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros (a)	1.512	1.264	173	80	1.685	1.344
Provisões (reversões)	46	2	-	-	46	2
Material	389	131	-	-	389	131
Custos de Construção (1)	1.681	9.000	-	-	1.681	9.000
Outros custos e despesas operacionais	1	1	66	38	67	39
Pessoal	-	-	424	412	424	412
	3.629	10.398	663	530	4.292	10.928

(1) Os custos de construção diminuíram devido à realização do plano de acesso das conexões da Cemig D no setor de 138Kv da SE Sete Lagoas 4, em fase final de execução e pagamento dos eventos finais do contrato.

a) Serviços de terceiros

	2024	2023
Operação e manutenção (1)	978	934
Meio Ambiente	6	-
Auditoria Externa	91	-
Conservação e Limpeza de Prédios	433	301
Tecnologia da Informação	71	80
Outros	106	29
	1.685	1.344

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº14.

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	647	1.028
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	(42)	-
	884	1.028
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(16)	(61)
	(16)	(61)
Resultado Financeiro	868	967

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados a seguir:

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	305	295	-	-	2.699	2.602	-	-
Encargos de transmissão								
Norte Energia	8	-	-	-	102	97	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	3	3	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	16	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	5.220	4.988	-	-

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	133	157	-	-	(200)	(466)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(198)	-
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	(37)	-
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	232	68	-	-	(1.019)	(934)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	3.518	7.435	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$3.516. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.158	1.187	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.838	2.606	-	-	394	129	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.825	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	42	62
Participação nos resultados	10	14
Previdência privada	2	2
Total (1)	54	78

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado ⁽¹⁾					
Concessionárias e permissionárias		535	535	740	740
Títulos e Valores Mobiliários		1.825	1.825	-	-
		2.360	2.360	740	740
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.230	2.230	1.845	1.845
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	-	-	249	249
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.788	3.788	1.606	1.606
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	982	982	724	724
Debêntures		68	28	28	28
		7.068	7.028	4.452	4.452
		9.428	9.428	5.192	5.192
Passivos					
Custo amortizado ⁽¹⁾					
Fornecedores		(316)	(316)	(591)	(591)
Passivo de Arrendamento		(69)	(69)	-	-
		(385)	(385)	(591)	(591)

- (1) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os saldos contábeis se aproximam dos valores justos dos instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	167	90	-	59		316
Arrendamento	1	2	3	24	98	128
	168	92	3	83	98	444

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025

Paulo César Teodoro Bechtluftt, Conselheiro Efetivo

Nelson Tamietti, Conselheiro Efetivo

Eduardo José de Souza, Conselheiro Efetivo